

Este texto é uma seqüência da reportagem iniciada na página 28

O solo da Amazônia Legal é extremamente raso, o solo, a camada fértil possui apenas alguns centímetros de espessura e logo é substituída por areia e rocha. Sem a cobertura vegetal, a erosão acaba arrastando até a areia, deixando exposta a rocha, e assoreando os rios — que perdem os seus leitos, esmarram suas águas e passam a viver em regime de cheias violentas alternadas com secas prolongadas.

O mapa acima mostra que a vegetação na Amazônia é formada, em extensas regiões, por imensos cerrados e cerradões. Com essa proteção, as fortes e intermitentes chuvas que caem sobre a região chegam ao solo em forma de pingos, suaves, amortecidos pelas copas das árvores — o que provoca a erosão de apenas algumas centenas de hectares. Mas, com a derrubada, a chuva carregará 34 toneladas de terra na mesma área, segundo o professor Warwick Kerr, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que se confessa "apavorado" diante das perspectivas até agora existentes para a região.

— Não sabemos como explorar corretamente a região e já se fala abertamente em exploração em massa — diz o professor, ex-presidente do SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). — Introduzir poderosos equipamentos na Hiléia seria a mesma coisa que deixar milhares de orangotangos à solta numa grande loja de louças e porcelanas finas: não sobraria caco sobre caco. Mas também não podemos deixar que tudo fique como está, pois a falta de uma política nacional de aproveitamento das riquezas da área está causando tantos males quanto causariam os bulldozers e motosserras: as derrubadas para a expansão da fronteira agrícola são constantes, os madeiros são incansáveis em sua tarefa de abrir novas trilhas e picadas, que logo dão lugar a clareiras que mais parecem chagas. Esse tipo de extrativismo primitivo é muito pernicioso; precisamos de programas de exploração racional. Por exemplo: o aproveitamento dos campos inundáveis e várzeas e igapós poderia suprir o Norte e Nordeste do País com gêneros alimentícios, dada sua alta fertilidade. A riqueza e potencialidade da região são imensas. Precisamos apenas saber como desfrutá-las sem legar aos nossos descendentes um deserto.

Kerr acha que o Brasil chegou a um impasse: a pressão do mercado externo internacional vai ficar insuportável em pouco tempo, uma vez que as matas da Malásia Continental estão vivendo os seus últimos dias e logo o mundo só terá a Amazônia para obter as chamadas madeiras "duras", preciosas. Segundo o cientista, já é tempo de se por um fim às discussões estéréis dos grupos e se passar à elaboração urgente de estudos científicos que viabilizem o usufruto equilibrado da floresta.

Essas discussões, no entanto — como comprovará a reunião desta noite da CDDP, que será realizada às 20h30, na rua 24 de Maio, 104, 10º andar — estão longe de terminar. Os técnicos do IBDF acham que os ecólogos que criticam sua atuação "perseguem uma utopia rousseauiana, são profetas de catástrofe, um punhado de fanáticos que se esquecem de que o País precisa de crescer, de eliminar a miséria do seio de sua população, de conquistar o seu lugar entre as grandes nações".

Os ecólogos criticam a "tecnocracia pragmática, fria e emperdonada, utilitarista e absurda, obcecados por uma lógica cartesiana que só leva à destruição de um patrimônio que pertence à humanidade, que não pode ser destruído assim, sem mais nem menos, sem que conheçamos os rudimentos mais comecinhos dos mecanismos que regem a vida no planeta".

Os ecólogos se queixam da falta de participação popular nos processos decisórios que determinam a elaboração de planos para a exploração da Amazônia, e denunciam tal fato abertamente no Exterior — onde o assunto do momento parece ser o do destino da floresta. A revista norte-americana Newsweek que circulou na segunda-feira última, por exemplo, adverte que a ocupação da Amazônia "poderá ter um final feliz ou poderá converter-se em um conto de horror sobre um desastre econômico tão imponente como a própria Amazônia", o que leva os ecólogos a lembrar que a investida sobre os recursos da região poderá ter o mesmo destino da Fordlândia.

Henry Ford, preocupado com a escassez de borracha, começou a criar seringais na Amazônia no final da década de 20. De Deaborn, à beira do lago Michigan, comandou a implantação de uma cidade pré-fabricada à margem esquerda do Tapajós, a 891 quilômetros de Belém, mandando transportar por navios casas, hospitais, drogstores, cafeterias, serrarias. Uma cidade tipicamente americana destinada aos executivos do projeto dos seringais e à mão-de-obra nativa — mais acostumada aos simples abrigos de troncos sobre pilotes, cobertos com folhas de palmeira.

A primeira floresta homogênea brasileira, criada ali, revelou-se um fracasso — um milhão de seringueiras não resistiram à derrubada das árvores, o solo empobreceu-se, surgiram pragas e em 1946 Ford desistiu do projeto, que lhe havia custado 15 milhões de dólares. E vendeu tudo ao governo brasileiro por 250 mil dólares.

Uma política de exploração dos recursos da Amazônia poderá ter o mesmo resultado de Fordlândia, segundo os conservacionistas. Mas a falta de uma política pode tornar a Amazônia inviável a curto prazo.



AMAZÔNIA

Quando se arranca uma árvore, na Amazônia, não se arranca apenas uma árvore, ensinam os ecólogos. Retira-se também a proteção do solo raso — que simplesmente será varrido pela erosão, deixando expostas apenas rochas.



As pequenas cruzeiros do mapa ao lado mostram os projetos agropecuários — mais de 500 — financiados pela Sudam na Amazônia Legal, que são responsáveis pelas gigantescas fogueiras e desmatamentos documentados pelo satélite Landsat. Ocupam cerca de 60 milhões de hectares, teoricamente, uma vez que não se sabe quantas agropecuárias respeitam a obrigatoriedade de conservar pelo menos 50 por cento das matas nativas.

— Estão querendo destruir a Amazônia à pata de boi, estão derrubando florestas para plantar pastos que em pouco tempo se tornam inaproveitáveis — lamenta o general Tasso de Aquino, consultor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, para quem o Governo deveria colocar um fim imediato ao influxo de incentivos fiscais. — O Governo precisa deixar de lado o paternalismo, deixar de incentivar o desmatamento e os empresários que não assumem riscos. Antes da política de incentivos, vários projetos, como o do Grupo Ometo, foram instalados harmoniosamente na área; hoje o que se vê é um descalabro. Há queimadas por toda parte, e atrás delas, como consequência do rompimento do ciclo ecológico, há erosão, desertificação do solo, fim dos caudais de água, aparecimento de moléstias como a febre negra, em Lábrea; a síndrome hemorrágica, em Altamira; o recrudescimento da febre amarela; o aparecimento da doença de chagas e de 100 novas arboviroses na área devastada.

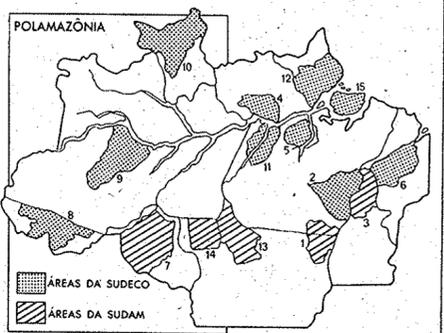
Além das doenças, a abertura das estradas e os desmatamentos intensivos deslocaram a população da área rural para áreas urbanas. Por exemplo: no Pará, onde se verificam os maiores ataques ao meio ambiente, por parte das agropecuárias, está-se formando a maior favela brasileira, nos arredores de Belém, que está ocupando cerca de 2.500 hectares de áreas alagadiças: a maior parte de seus moradores é proveniente, segundo as próprias autoridades, de áreas devastadas, onde acabou a pesca e a caça. São mais de 350 mil favelados, acrescidos diariamente pelo excedente populacional de novas áreas desflorestadas — geralmente grandes latifúndios que transformam áreas verdes em pastagens, deixando seus habitantes sem fontes de proteína, sem abrigo, etc.

Segundo um relatório que a FAO (Organização dos Alimentos e da Agricultura, órgão das Nações Unidas) acaba de receber, elaborado por Payton Johnson, especialista em assuntos da América Latina, o êxodo da população

rural para áreas urbanas como Belém e Manaus só se torna uma exceção quando os moradores expulsos de suas terras, por força de ordens governamentais, resolvem promover por conta própria novos projetos de colonização:

"A ferro e fogo, destroem a floresta, abrem novas lavouras na clandestinidade, novas fronteiras, acabando por se tornarem uma mescla de meio vilões, meio Robin Hoods, que roubam e saqueiam a natureza para não submeterem os seus familiares à injustiça da marginalização nas favelas e mocambos da periferia das cidades. Quando a área desmatada perde sua vitalidade, partem para novas queimadas e derrubadas, à procura de terra fértil, deixando atrás de si apenas desertos sucessivos, jogando o futuro da Nação nos rios, onde vai ter o solo bom erodido."

A história da crise da Amazônia, segundo os conservacionistas, começou há quase 30 anos, quando o ex-presidente Getúlio Vargas lançou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e alcançou o seu clímax durante o governo Médici, quando foram abertas as vias de penetração que visavam a ligar a região ao restante do Brasil, transformando-a em base produtora de bens e alimentos e, principalmente, de matérias-primas.



Um desses planos, que deu origem aos chamados "contratos de risco", foi elaborado em 1974 pela Sudam Polamazônia, Programa de Pólos Agropecuários e Agrícolas da Amazônia, delimitado no mapa acima, se áreas destinadas ao desenvolvimento e exploração da região amazônica, que só em relação aos recursos mine por exemplo, elevariam o potencial da produção da região (atualmente avaliada em cerca de 100 milhões de dólares por ano) para mais de um bilhão de dólares, graças jazidas de ferro, manganês, cassiterita, bauxita, cat calcários, salgema, etc. Essas áreas, delimitadas ante conclusão do Projeto Radam, seriam em número de (no mapa sob a direção da Sudeco, órgão da Sudam

As 12 áreas reservadas à exploração madeireira — potencial avaliada em cerca de 40 milhões de hectares deveriam ser transformadas, segundo os planos originais da Sudam, em florestas de domínio público, para exploração por empresas privadas mediante arrendamento.

O plano foi rejeitado pelo IBDF, que não concorreu com a criação de uma empresa; na área da Sudam encarregada de gerir a exploração das florestas que compete fiscalizar. Porém, quatro anos depois, no fim de 1978, em Manaus, o IBDF, representante da FAO especialmente contratado, F. Schmitzen, que recomenda a venda de 10 por cento da floresta amazônica nos próximos anos, o renderia 18 bilhões de dólares ao governo, e que daria a pagar, segundo técnicos do IBDF, uma parte das dividas externas do País (cerca de 40 bilhões de dólares), e servia ainda como uma espécie de garantia junto aos banqueiros nacionais para que o País pudesse endividar-se ainda mais, já que o potencial madeireiro da Amazônia, segundo o plano — que fala claramente em "contratos de risco" vale cerca de 90 milhões de dólares, no mínimo, no meio internacional.

Segundo os integrantes da Comissão de Defesa do Patrimônio Ambiental, entidade que reúne cerca de 200 associações conservacionistas, "a maior prova de que os planos dos contratos existe e está prestes a ser desenhada são os sucessivos desmentidos governamentais sobre sua existência, a repressão a passeatas de protestos com ele, realizadas no fim do ano passado em Manaus, proibição de uma simpatia que estudaria a necessidade de se manter a Amazônia com todas as suas potencialidades atuais, uma vez que o que hoje assombra o mundo já foi: a atual, semideserto. Só o milenar trabalho da natureza recompôs o último grande refúgio da vida natural do planeta. O mesmo que agora pretendem destruir outra vez com Andreazza e sem riscos".



Magalhães, preocupado.

O senador Magalhães Pinto manifestou-se ontem preocupado com a exploração da madeira na Amazônia, e criticou a falta de debate com que as grandes decisões são tomadas pelo governo federal. Suas declarações foram feitas na cerimônia de formatura da turma de engenheiros florestais da Faculdade de Vigosa, da qual ele foi paraninfo: "Junto minha voz contra a nova reserva florestal do globo. É preocupante que estejam sendo estudadas, ali, grandes áreas para contratos de risco de exploração. Não é possível aceitarmos que assuntos de tal magnitude cresçam incubados e sejam decididos sem debate."

O simpósio seria em Manaus. Foi proibido.

Uma circular enviada no fim do mês de dezembro aos inscritos para o 5º Simpósio Internacional da Associação de Biologia Tropical — ABT —, com realização marcada para Manaus, entre os dias 8 e 13 de fevereiro, comunicava indignação: o governo brasileiro havia cancelado a autorização para o encontro, que teria como tema principal a sobrevivência da floresta tropical durante a última era glacial.

A circular, enviada pelo secretário da ABT, Clifford Evans, relata como foi o encontro do próprio secretário com o embaixador brasileiro em Washington, João Baptista Pinheiro — justamente o encontro em que deveriam ser acertados os pormenores finais sobre o encontro em Manaus. O embaixador Pinheiro, no entanto, simplesmente comunicou ao secretário que o encontro não fora permitido pelo governo brasileiro, e tirando um documento confidencial de uma pasta vermelha, leu o suficiente para deixar claro que o simpósio não poderia ser realizado em qualquer ponto que fosse do território brasileiro.

— Para encerrar uma história chocante — diz Evans na circular —, a curta entrevista de 45 minutos acabou por nos deixar confusos e em estado de choque. O assunto havia sido retirado das mãos do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas), do Itamaraty, etc., e uma decisão final havia sido tomada pelos conse-

heiros militares do presidente do Brasil (o que é uma referência ao Conselho de Segurança Nacional) para negar permissão para a realização do simpósio em território brasileiro.

O simpósio, agora, será realizado em Macuto, na Venezuela, quando dezenas de cientistas de diversos países estarão reunidos nos mesmos dias previstos para o encontro de Manaus. O secretário da ABT diz ainda na circular que tentou de todas as formas manter o encontro em Manaus: — Mas de nada adiantaram os contra-argumentos, as discussões e as explicações de que os biólogos não organizam abaixo-assinados contra o Brasil, como fazem os antropólogos.

A decisão do governo brasileiro, lembra o nosso correspondente em Washington, Ruy F. Barbosa, é coerente com a política de evitar a internacionalização das questões amazônicas, "da mesma maneira que os países desenvolvidos querem evitar a internacionalização das discussões dos problemas do fundo do mar", como afirmou ontem um observador em Washington.

EM BRASÍLIA. Embora o CNPq tenha sido citado na circular enviada aos sócios da ABT pelo seu secretário, o presidente da entidade, José Dion de Mello Telles, disse ontem em Brasília que desconhecia qualquer proibição ou mesmo o pedido para a realização do simpósio em Manaus. Diz o presidente

que não cabe ao CNPq proibir este tipo de simpósio. No caso de excursões feitas no Brasil por estrangeiros, garante ele, o CNPq apenas examina o tipo de pesquisas que se pretende fazer e determina o acompanhamento dos pesquisadores por especialistas nacionais, exigindo, mais tarde, que se publique o resultado das pesquisas em português, "para enriquecimento da bibliografia nacional sobre o assunto".

A proibição foi confirmada, no entanto, pelo presidente do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia —, professor Warwick Kerr. Ele confirmou ontem em Manaus a proibição, alegando "carência de disponibilidade de tempo" para a realização do encontro.

De acordo com o professor Kerr, o motivo da proibição foi o fato de os pesquisadores norte-americanos não terem consultado o CNPq nem o Ministério das Relações Exteriores sobre a conveniência de realizar o simpósio no Brasil (de acordo com a circular da ABT, porém o assunto foi "retirado das mãos do CNPq"). Mas diz Warwick Kerr, o INPA foi consultado — inclusive convidado a participar do simpósio, "dividindo as despesas".

A proposta foi rejeitada, então, porque "as verbas do INPA já estavam comprometidas, e, ainda, porque o instituto não tinha interesse em participar do simpósio como financiador, mas sim tomar parte das discussões e dos

estudos científicos", diz Kerr, acrescentando que "nem sempre é bom para a Amazônia a vinda de grupos de pesquisadores do Exterior", mas admitindo, no entanto, que o simpósio venha a ser realizado em outra oportunidade.

OS "REFÚGIOS". Pessoalmente, o presidente do INPA declarou-se interessado nos objetivos do simpósio, já que as discussões sobre o tema levariam os pesquisadores, principalmente do Brasil, a propostas e sugestões sobre maneiras de se conservar os patrimônios genéticos diversificados e singulares que se formaram em tempos passados nos refúgios — e os estudos contribuiriam para que esses refúgios não sejam destruídos antes que o seu interesse potencial para a ciência seja conhecido.

A teoria dos refúgios na Amazônia foi desenvolvida pelo pesquisador Paulo Emílio Vanzolini, diretor do Museu de Zoologia da USP. Ele afirmou que há muito tempo os pesquisadores Maria Lucia Absy e Van der Hammen descobriram que os refúgios se formaram há dois mil anos) houve uma grande seca na Amazônia, e pouco mais de 20 áreas se mantiveram alagadas — e suas populações vivas. Essas áreas foram chamadas de refúgios (ecológicos, quaternários e glaciais), mas têm recebido várias denominações: áreas nucleares ou centros nucleares de diferenciação, centros de evolução e dispersão.

O simpósio analisaria essa teoria. Segundo vários trabalhos já publicados, os refúgios devem ter protegido grande parte dos elementos adaptados à floresta contra a extinção ocorrida nas regiões interrefúgios. Nestas regiões, a integridade e a continuidade das florestas úmidas estavam comprometidas, o que tornou inevitável o desaparecimento maciço de organismos adaptados à baixa luz, à alta umidade e a uma temperatura relativamente estável.

Durante a realização do simpósio, seria também lançado o projeto conjunto Brasil-Estados Unidos para a determinação do tamanho mínimo de uma área de floresta tropical que permita a sobrevivência de seu balanço ecológico. Tom Lovejoy, diretor norte-americano do projeto, que retornou antontem a Washington depois de passar duas semanas e meia no Brasil, afirmou ontem que a transferência do simpósio de Manaus para Macuto não valia interferir nos planos dos cientistas brasileiros e norte-americanos para dar início ao programa de pesquisas em fevereiro. O programa conjunto Brasil-EUA é o mais ambicioso projeto de coletas de dados sobre ecossistemas jamais realizado. Durante 10 a 20 anos, cientistas dos dois países — e provavelmente também de outros — coletarão dados sobre a interação das espécies animais e vegetais que permitem a sobrevivência das florestas tropicais.